

Atribuição BB CY 4.0

É PRECISO RESISTIR: AS CONTRIBUIÇÕES DO INSTITUTO ODARA NA LUTA CONTRA VIOLENCIAS RACIAIS E DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Débora Paim Santos¹

Resumo

Este estudo busca analisar as contribuições do Odara – Instituto da Mulher Negra no combate às violências raciais e de gênero na educação. Quanto aos objetivos específicos, estes desdobram-se em: discutir o funcionamento das desigualdades de raça e gênero na educação; compreender as mobilizações do movimento de mulheres negras sob a perspectiva do Instituto; e identificar as ações educativas de enfrentamento às opressões raciais e de gênero promovidas pelo Instituto, através do projeto Ayomide Odara – Meninas e Adolescentes Negras na luta pelos seus direitos. Com base na abordagem qualitativa, o processo investigativo sucedeu-se através dos seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e análise documental. Os resultados da pesquisa demonstram que os projetos desenvolvidos pelo movimento de mulheres negras representam um avanço significativo na luta contra as desigualdades interseccionais. O estudo conclui destacando a relevância das escolas e outros setores da sociedade estabelecerem diálogos com os movimentos sociais.

¹ Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com especialização em Gênero, Raça/Etnia e Sexualidade na Formação de Educadoras/es (CEGRES Diadorm/UNEB) e em Educação Infantil e Desenvolvimento da Criança (UFPI). E-mail: deboraps81@yahoo.com

Palavras-chave

Raça; Gênero; Educação; Mulheres Negras.

Recebido em: 22/03/2025
Aprovado em: 21/07/2025

516

WE MUST RESIST: THE CONTRIBUTIONS OF INSTITUTO ODARA IN THE FIGHT AGAINST RACIAL AND GENDER VIOLENCE IN EDUCATION

Abstract

This study aims to analyze the contributions of Odara - Black Women's Institute in combating racial and gender violence in education. The specific objectives are: to discuss how racial and gender inequalities operate in education; to understand black women's movement mobilizations from the Institute's perspective; and to identify educational actions addressing racial and gender oppressions promoted by the Institute through the Ayomide Odara project - Black Girls and Adolescents fighting for their rights. Based on a qualitative approach, the investigative process was carried out through the following procedures: bibliographic research and documentary analysis. The research results demonstrate that the projects developed by the black women's movement represent significant progress in the fight against intersectional inequalities. The study concludes by highlighting the relevance of schools and other sectors of society establishing dialogues with social movements.

517

Keywords

Race; Gender; Education; Black Women.

Introdução

Com esta pesquisa, pretendemos discutir as ações fomentadas pelo Odara – Instituto da Mulher Negra em contraposição às desigualdades sociais na educação. Fundado em 2010, em Salvador, Bahia, o instituto é uma organização negra feminista dedicada à defesa dos direitos das mulheres negras e ao enfrentamento das opressões raciais e de gênero. Uma de suas principais iniciativas é o projeto *Ayomide Odara – Meninas e Adolescentes Negras na luta pelos seus direitos*, que articula abordagens antirracistas e antissexistas no contexto educacional.

A trajetória das mulheres negras desde a escravização é marcada pela contestação às opressões interseccionais (raça, gênero, classe), manifestada por meio de suas atuações em diversos âmbitos na sociedade. Os meios de comunicação, a saúde, a educação, o mercado de trabalho e a segurança pública transformaram-se, ao longo dos anos, em agendas políticas e de lutas em defesa de uma vida digna para as populações negras.

A luta feminina negra deu origem também a articulações coletivas representadas por organizações. No Brasil, existem diferentes entidades espalhadas pelo país, como a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNNE), Geledés – Instituto da Mulher Negra, o Criola e o Odara – Instituto da Mulher Negra, sendo esta última o foco deste estudo.

Nesta pesquisa, buscamos analisar as contribuições do Odara – Instituto da Mulher Negra no combate às violências raciais e de gênero na educação, seguida pelos objetivos específicos, a saber: discutir o funcionamento das desigualdades de raça e gênero na educação; compreender as mobilizações do movimento de mulheres negras sob a perspectiva do instituto; e, por fim, identificar as ações educativas de enfrentamento às opressões raciais e de gênero promovidas pela organização, através do projeto Ayomide Odara – Meninas e Adolescentes Negras na luta pelos seus direitos.

Este estudo está intrinsecamente relacionado à abordagem qualitativa que, de acordo com Godoy (1995, p. 21), “[...] ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Para compor o presente estudo, realizamos uma pesquisa bibliográfica definida como “[...] um levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”

(Marconi e Lakatos, 1992, p. 43). Além disso, desenvolvemos uma análise documental dos relatórios e das políticas institucionais do Instituto Odara.

A finalidade desses procedimentos é compreender as questões relacionadas à educação para relações raciais e de gênero, a atuação do movimento de mulheres negras e conhecer os caminhos construídos pelo Odara na luta contra as desigualdades interseccionais, a fim de atender aos objetivos da pesquisa.

Raça e Gênero na Educação Brasileira

519

A inclusão dos estudos sobre relações raciais e de gênero na educação constitui-se um caminho fundamental para a construção de uma sociedade que lute contra as opressões sociais. O principal processo de conscientização acerca das desigualdades manifesta-se por meio da educação, considerando seu caráter formativo no desenvolvimento humano.

Mello e Farias (2010), em seu artigo *A escola como lugar da cultura mais elaborada*, problematizam a concepção equivocada de desenvolvimento humano como apenas um processo natural e biológico. As pesquisadoras, sob a perspectiva histórico-cultural, apontam que o desenvolvimento é resultado das experiências dos sujeitos em determinados momentos históricos, culturais e sociais, distanciando-se, portanto, de conceituações reducionistas. Essa concepção anuncia o papel indispensável da educação, pois é através dela que os sujeitos têm acesso a diversos conhecimentos.

No contexto brasileiro, as Leis nº 10.639/2003 e a 14.986/2024, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), instituíram a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e das experiências e perspectivas femininas na educação básica. Em uma sociedade que naturaliza as opressões de raça e gênero, tais dispositivos jurídicos emergem como instrumentos fundamentais de enfrentamento. Contudo, mesmo com esses avanços, observa-se a persistência dos sistemas de dominação na educação, que localizam os sujeitos em posições de submissão e exclusão.

Ao tratar raça e gênero como desigualdades interligadas, é necessário recorrermos ao conceito de interseccionalidade. Conforme define Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177),

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

A partir dessa conceituação, a jurista e pesquisadora estadunidense evidencia a interseccionalidade das opressões sociais, afirmado que estas não operam isoladamente, mas sim de forma articulada. Em pensamento semelhante, Silva e Cardoso (2011, p. 58) argumentam que

O lugar que ocupamos no gênero é, portanto, definido pelos diferentes marcadores sociais, que esboçam situações de gênero específicas para mulheres e para homens, a partir dos seus cruzamentos. Nesse sentido, a discussão nas salas de aulas sobre relações étnico-raciais é fundamental para a modificação das relações de gênero, assim como a discussão de gênero não pode ocorrer desvinculada do combate ao racismo e à discriminação racial.

O reconhecimento da intersecção das desigualdades sociais pressupõe que os sujeitos não vivenciam formas isoladas de opressão. Suas experiências são atravessadas por dois ou mais sistemas de dominação. Nessa perspectiva, o cenário da educação constitui-se como terreno fértil para problematização e enfrentamento dessas opressões.

Na educação, as desigualdades de raça e gênero manifestam-se por diferentes mecanismos, a saber: pela ausência de conteúdos relacionados a essas questões nos materiais didáticos, por práticas pedagógicas que reproduzem preconceitos e estereótipos, e pela própria socialização entre os estudantes. O texto de Santomé (1995) coincide com essas afirmações ao ponderar que “As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder costumam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação” (Santomé, 1995, p. 157).

Esta problemática se reflete no crescimento dos discursos antigênero e racistas na sociedade. No Brasil, constata-se a disseminação da falácia da “ideologia de gênero”, narrativa reverberada por fundamentalistas conservadores que se opõem à abordagem das questões de gênero e sexualidade nas escolas. Como aponta Mattos (2018, p. 576):

Ao empregarem uma expressão que absolutamente não é utilizada no diverso e heterogêneo campo dos estudos de gênero e sexualidades, tais movimentos agrupam, de maneira simplista e pejorativa, distintas abordagens, reflexões e propostas metodológicas, promovendo um epistemicídio de ideias e conceitos que vêm sendo debatidos e construídos há décadas por feministas e teóricas/os LGBT. A simplificação do amplo debate sobre gênero e sexualidades sob o rótulo “ideologia de gênero” contribui, ainda, para promover o descrédito pela discussão crítica junto à sociedade.

Na perspectiva desses segmentos conservadores, a abordagem das chamadas “ideologias de gênero” nas escolas constituiria uma afronta ao modelo de família tradicional. Defendem, assim, uma suposta neutralidade nas instituições escolares, coadunando-se com os modelos tradicionais da educação. Essas distorções conceituais, como bem explicado por Mattos (2018), além de deslegitimar as discussões sobre gênero e sexualidade, transformam a escola em um espaço de exclusão e reprodução de desigualdades.

Na medida em que os discursos reacionários persistem na socialização dos sujeitos, a educação para relações de gênero na escola enfrentará desafios. Tal problemática é representada pela perseguição aos professores que buscam incluir essas demandas em suas práticas, pela ausência de discussões e formações específicas sobre gênero, como também pelo crescimento das diversas manifestações de violências de gênero.

Em se tratando da educação para relações étnico-raciais, enfrentamos uma realidade que não reconhece o racismo como um problema estrutural. Permanecemos nas amarras do mito da democracia racial, uma ideologia que afirma, erroneamente, que pessoas brancas e negras vivem em uma sociedade sem discriminações ou preconceitos. Os defensores dessa crença sustentam à inexistência do racismo no Brasil, afirmando que “somos todos iguais e possuímos direitos semelhantes”. Contudo, é de conhecimento que a realidade contradiz essa narrativa, tendo em vista que os meios de comunicação retratam diariamente as violências raciais que são perpetradas contra as populações negras no país.

A este ponto, concordamos com Munanga (2019) ao anunciar que, embora as pessoas tenham mais acesso à ciência por meio da educação, ainda assim, o racismo subsiste como um problema estrutural. O antropólogo problematiza a existência de uma crença que nega o preconceito e o racismo no Brasil, cujo as justificativas para as desigualdades sofridas pelas populações negras são atribuídas aos fatores econômicos ou de classe. A referida interpretação

equivocada compromete a articulação de lutas efetivas contra as opressões raciais.

Com efeito, o racismo revela-se de múltiplas maneiras na educação. Para além da negação do racismo, as crianças negras em idade escolar raramente se veem representadas em materiais didáticos. Desde cedo, diferentes mecanismos de reprodução, incluindo o livro, difundem ilustrações nas quais a cultura branca é lida como única referência em seus costumes morais, intelectuais e políticos, culminando na autonegação da criança negra que tenta se adequar à cultura branca, negando sua própria historicidade (Rossato, Gesser, 2001).

Ressaltamos também a postura omissa de parte dos educadores diante dos casos de racismo na escola. Muitos profissionais, seja por consentirem com práticas racistas ou pela falta do letramento racial, acabam reproduzindo o racismo em suas práticas pedagógicas. Corenza (2018) questiona que o processo histórico social brasileiro não valoriza as culturas e riquezas de um povo, e, para a autora, a construção da identidade negra advém “[...] da tomada de consciência das diferenças entre nós e os outros” (Corenza, 2018, p. 18). Na narrativa histórica brasileira, a escravidão e a colonização são apreciadas como a única história do povo negro.

Assim, compreendemos que a educação se apresenta como um contexto de conflitos associados aos marcadores de raça e de gênero. Apesar dos avanços significativos relacionados à inclusão das histórias das culturas silenciadas no currículo (Santomé, 1996), faz-se relevante ressaltar que:

A escola não é um campo neutro onde, após entrarmos, os conflitos sociais e raciais permanecem do lado de fora. A escola é um espaço sócio-cultural onde convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações entre educadores/as e educandos/as (Gomes, 1996, p. 69)

Por outro lado, os movimentos sociais têm ressignificado a educação como uma agenda de luta. Os movimentos negros e o de mulheres são grandes referências de resistência pelo reconhecimento das desigualdades sociais, ao perceber a escola como espaço privilegiado de transformação social (Cardoso, Silva, 2011; Gomes, 1996).

São nessas lutas que os movimentos feministas negros têm protagonizado ações expressivas. Suas mobilizações repercutem em diversos setores da sociedade, comprometendo-se com o enfrentamento de todas as formas de discriminação.

Mulheres Negras em Movimento: algumas considerações sobre o Instituto Odara

O título desta seção tem como inspiração o texto *Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro* de Sueli Carneiro (2019). A pesquisadora destaca a necessidade do enegrecimento do feminismo, argumentando que o movimento feminista inicial negligenciou o marcador de raça em suas mobilizações políticas.

Kilomba (2019, p. 94) afirma categoricamente que “[...] “raça” e “gênero” são inseparáveis”. Contudo, o feminismo hegemônico, predominantemente constituído por mulheres brancas e de classe média, não compartilhava dessa perspectiva. Em suas pautas, existia uma evidente ausência das questões específicas enfrentadas pelas mulheres negras, materializando-se na omissão das discussões sobre as intersecções dos marcadores sociais.

Concordamos com Lélia Gonzalez (2020, p. 54) ao afirmar que “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto da tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e sexism a colocam no nível mais alto de opressão”. Contrapondo-se ao feminismo hegemônico e também ao movimento negro – que também desconsideravam o marcador de gênero, ocasionando em discriminações internas na própria organização (Bairros, 2008) – as mulheres negras organizaram-se em um movimento próprio. Surge, assim, o movimento de mulheres negras, ou feminismo negro, como uma resposta ativista às opressões de raça, gênero, classe e sexualidade (Collins, 2019).

Collins e Bilge (2021, p. 41) observam que “[...] o compromisso de longa data das afro-brasileiras de desafiar o racismo e o sexism é reflexo do contexto social específico de suas experiências”, uma vez que gênero e raça são problemas estruturais que posicionam as mulheres negras em uma posição de submissão. Nesse sentido, o movimento de mulheres negras brasileiro promove contradiscursos e práticas antirracistas e antissexistas, utilizando diferentes repertórios e formas de organização política (Werneck, 2010).

Uma representação significativa dessa mobilização é o Odara – Instituto da Mulher Negra, fundado em 2010 em Salvador, Bahia. Esta entidade feminista negra atua no enfrentamento às violências raciais e de gênero. Segundo Pereira (2016), a luta das mulheres negras formaliza-se em quatro dimensões: a construção de uma identidade coletiva em oposição às desigualdades

econômicas, sociais e políticas; o desenvolvimento de uma identidade política emergente das demandas grupais; a participação na política brasileira; e a busca da cidadania através do reconhecimento de seus direitos. Nesse caminho, com uma abordagem de natureza interseccional, o Instituto Odara define sua missão como “[...] combater o racismo, o sexism, a LGBTQIPNA+fobia e formas correlatas de opressão, para a defesa da liberdade, autonomia e o bem viver das mulheres negras” (Odara, 2023a). A partir dessa proposta, é possível inferir que as estratégias desenvolvidas pela entidade coadunam com as dimensões sugeridas por Pereira (2016), inserindo também outros marcadores sociais.

Por sua vez, Sousa e Guia (2023) consideram o Odara como uma organização comprometida com a valorização das vozes das mulheres negras e a construção de conhecimentos contra-hegemônicos. De acordo com as autoras,

No caso dos coletivos Odara e Afrofeminista o cuidado se desdobra numa ferramenta fundamental de estratégia e tática política para a construção de autonomia comunicativa. Também se coloca em perspectiva a construção da consciência política na criação de espaços de potencialização e na propagação de vozes, experiências e vivências diversas, provocando rupturas com os saberes hegemônicos na elaboração de epistemologias alternativas, insurgentes, insubmissas, em constante processo de desestabilização e ruptura com as normas historicamente instituídas (Sousa, Guia, 2023, p. 5).

De modo geral, a organização desenvolve projetos insurgentes em contraposição às violências perpetradas contra as populações negras. Seus programas estão inseridos no contexto dos Direitos Humanos, da Saúde das Mulheres Negras, da Comunicação, além de Educação e Formação Política.

O alcance ao conhecimento transgressor constitui um processo significativo de emancipação das mulheres negras. Acessar histórias não contadas, compreender seus direitos e ressignificar suas experiências a partir do conhecimento da margem – aquele saber visto de fora, considerado inválido, acientífico ou apenas opiniões (Kilomba, 2019) – é um ato de resistência. Nesse contexto, o programa *Escola de Ativismo e Formação Política para Mulheres Negras Beatriz Nascimento*, que homenageia uma das principais referências do movimento de mulheres negras no Brasil, surge com os seguintes objetivos:

Fortalecer as capacidades de resistência e de enfrentamento dessas mulheres na região norte e nordeste.

Promover espaços de troca, formação e articulação de ações nas áreas de incidência política, estratégias de ocupação de espaços de poder, comunicação, autocuidado e segurança, na dimensão territorial, nacional, para a defesa de seus direitos (Odara, 2023b).

Analisando as finalidades apresentadas, entendemos que o projeto promove atividades de letramento para mulheres negras por meio da formação política. Considerando que essas mulheres sofrem cotidianamente com as violências simbólicas, materiais e letais (Garcia, 2020), a conscientização sobre as desigualdades de raça e gênero, o entendimento acerca de seus direitos e a elaboração estratégias em contrapartida às violências estruturais são necessárias para garantir as suas sobrevivências.

Iniciado em 2014, o projeto *Minha Mãe Não Dorme Enquanto Eu Não Chegar* oferece suporte a mães negras e familiares que tiveram suas vidas impactadas pelo genocídio da população negra praticado pelo Estado brasileiro. Conforme o Relatório Institucional do Odara (2022, p. 20):

O fato de ser mulher negra, com prole negra, vivendo numa sociedade racista, se configura em risco à vida para toda a família. Então, os jovens negros experimentam o risco cotidiano de morrer por serem negros, e enquanto não estiverem em casa, a salvo, suas mães se mantêm em estado de alerta e medo, aguardando suas chegadas.

Com o propósito de dar visibilidade aos casos de violência contra os jovens negros, o projeto fomenta atividades de escuta, realiza visitas e apoia na comunicação dos casos. Além disso, organiza rodas de diálogo sobre diferentes temáticas, oferece formação profissionalizante, realiza audiências públicas e desenvolve oficinas de teatro, comunicação e direitos humanos. As mobilizações públicas junto ao sistema de justiça e o apoio psicológico aos familiares também são ações significativas articuladas pelo Odara por meio deste programa.

O projeto *Pretas no Poder: Participação Política, Representatividade e Segurança de Ativistas Negras*, uma iniciativa do instituto com foco nas regiões Nordeste e Amazônia, tem o intuito de fortalecer a presença das mulheres negras na política, por intermédio do apoio a candidatas, parlamentares e defensoras dos direitos humanos, promovendo também mobilizações de enfrentamento à violência política (Odara, 2023b). Do mesmo modo, o *Projeto Quilomba – Pela Vida das Mulheres Negras*, dedica-se à defesa da vida das mulheres negras quilombolas. Esta proposta visa combater todas as formas de violências enfrentadas por essas mulheres, construindo diálogos com movimentos quilombolas na Bahia e lutando contra violência doméstica, familiar e o feminicídio.

Ao apresentarmos algumas iniciativas construídas pelo Odara, compreendemos que suas intervenções representam uma ruptura do processo de

desumanização imposto às mulheres negras. Percebemos também uma preocupação e defesa pela sobrevivência da população negra, principalmente diante das denúncias de genocídio de jovens negros e de casos de feminicídio. Como afirma hooks (2024, p. 79): “A negritude não pode representar a morte quando nossa escolha é a vida”.

Observamos também uma atenção com a inclusão das mulheres negras na política. Historicamente, essas mulheres têm sido consideradas incapazes de ocupar posições de destaque. Valorizar e fortalecer as mulheres negras políticas é um projeto de oposição e reinvenção, enquanto processos que se complementam (Kilomba, 2019).

Nesse exercício de lutas, destacaremos a seguir as contribuições do Instituto Odara no enfrentamento das violências raciais e de gênero na educação, por meio de projetos que fomentam a formação do conhecimento crítico e o fortalecimento das identidades de mulheres negras.

O Instituto Odara e suas atuações no contexto da educação para relações raciais e de gênero: o projeto Ayomine Odara

Historicamente, a educação hegemônica impôs que o único conhecimento válido é o de origem eurocêntrica. Em consequência, as contribuições históricas, sociais e culturais das populações negras foram invisibilizadas do processo educativo, abordando suas narrativas apenas sob a ótica da escravidão e colonização. Como argumenta Gomes (2002, p.42) “Essa postura reforça o estereótipo do não-lugar social imposto ao negro e impede que o vejamos como sujeito histórico, social e cultural”. O referido apagamento baseou-se em construções ideológicas racistas que perpetuaram relações de domínio e exclusão social.

No contexto em análise, a trajetória das mulheres negras apresenta mais uma problemática devido às intersecções de raça e gênero. Collins (2019) aponta que a interseccionalidade das desigualdades cria imagens de controle sobre as mulheres negras, manifestadas através da hipersexualização, criminalização e desumanização de seus corpos e identidades. Como respostas a estas opressões, elas têm se posicionado politicamente, mobilizando reivindicações relacionadas à saúde, moradia, segurança, trabalho e educação.

Dentre estas pautas, a educação constitui-se como uma demanda fundamental do movimento de mulheres negras. Pinho (2022) sublinha que,

embora exista um apagamento dos indícios históricos de suas contribuições nesse campo, a educação sempre foi uma preocupação das populações negras, especialmente entre as mulheres. Através deste caminho, elas não apenas reafirmam sua existência, mas também participam da produção de repertórios teóricos e da luta pelo acesso à educação básica.

Quando o acesso à educação básica era um privilégio e não estava disponível para todas as pessoas, mulheres negras e periféricas travaram batalhas individuais e coletivas perante as instituições responsáveis por garantir acesso à instituição escolar, onde as matrículas ainda não eram universalizadas. Para essas mulheres, o acesso à educação não se apresentou como o fim, mas como uma etapa na luta por uma educação antirracista e antissexista (Santos, Carneiro, 2024, p. 2).

Além disso, devido à negligência associada à ausência de inclusão das questões raciais e de gênero no âmbito da educação, elas lutam constantemente pela abordagem desses aspectos, defendendo a descolonização do saber e o reconhecimento do povo negro como agentes da formação cultural e social brasileira.

Para ilustrar essas intervenções, destaca-se o projeto *Ayomide Odara – Meninas e Adolescentes Negras na luta pelos seus direitos*, uma proposta do Instituto Odara. Este programa teve início em 2020, em parceria com o Fundo Malala, intentando inicialmente

[...] enfrentar os impactos da pandemia na vida escolar de meninas negras nas periferias de Salvador e Recife, mas ampliou a participação sua atuação para outros territórios da Bahia abrangendo o Recôncavo, Região Metropolitana e Chapada Diamantina (Odara, 2023b, p. 43).

Os objetivos do programa desdobram-se em:

Proporcionar espaços de conhecimento da história do povo negro como estímulo a auto estima de meninas negras
 Encorajar a atuação como lideranças em seus territórios escolares na auto proteção e enfrentamento ao racismo;
 Conscientizá-las a respeito de seus direitos e fortalecer o protagonismo, para que assim elas possam reivindicar uma escola e uma educação de qualidade, pautadas no combate sistemático ao racismo (Odara, 2023b, p. 44).

O primeiro propósito do projeto evidencia um cuidado com a autoestima das meninas negras. Os mecanismos de reprodução ideológica, tais como família, escola, trabalho e TV, apresentam desde a socialização primária que a cultura eurocêntrica é mais relevante nas relações sociais. Esse processo manifesta-se através da representação inferiorizada das populações negras, com a atribuição

de adjetivos depreciativos que causam a autorrejeição de suas características fenotípicas, influenciando negativamente na construção de suas identidades. Nesse contexto, Ferreira (2004, p. 47) é assertivo ao afirmar que

A visão deformada de tais qualidades, criada pelo europeu colonizador, que veio legitimar historicamente a dominação e o genocídio, direto ou indireto, dos indivíduos considerados “diferentes”, não-brancos, determina dificuldades para o desenvolvimento da identidade dos brasileiros afro-descendentes, além de efeitos nocivos nos relacionamentos pessoais, por terem suas construções simbólicas articuladas em torno de referências de identidade associadas a inferioridade e a outros valores vistos socialmente como negativos.

Opondo-se ao processo de subalternidade da identidade negra, o projeto priorizou debates focados no fortalecimento da autoestima de meninas e adolescentes negras. O módulo incluiu: o questionamento dos padrões eurocêntricos de beleza; promoção de debates sobre saúde, estética capilar e pluralidade; desenvolvimento de atividades voltadas à valorização da memória e narrativas das comunidades quilombolas; e por fim, mostras artísticas, destacando a arte e cultura como ferramentas de resistência.

Nessa perspectiva, o ensino de história dessas populações eleva a autoestima do povo negro, colaborando para conscientização, emancipação e expressão de suas identidades. Como observa Gonzalez (2020), o resgate dessas atuações históricas reconstrói a memória como um “[...] lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar de emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção” (Gonzalez, 2020, p. 78).

Ao defender uma pedagogia feminista como sinônimo de combate às desigualdades raciais e de gênero, Cardoso e Silva (2011) afirmam que a inclusão dessa pedagogia na educação está condicionada à reestruturação dos currículos educacionais, sendo necessário considerar a diversidade identitária e promover práticas educativas voltadas para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Neste cenário, ressaltamos o lançamento da *Rede de Educação Ayomide Odara*, iniciativa que objetiva estruturar a educação antirracista para as crianças negras, por meio da articulação entre educadores, estudantes e membros da sociedade interessados na temática.

O evento contou com a participação de educadoras dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro, que na oportunidade trocaram experiências sobre as estratégias que têm sido utilizadas para abordar a temática racial dentro das instituições de ensino. Durante o evento, as participantes apresentaram também os desafios encontrados no campo educacional para a luta antirracista (Odara, 2023c).

Percebemos, portanto, a importância do projeto na promoção da formação continuada para educadores, uma vez que, segundo Cavalleiro (2020, p. 10), “[...] o silêncio do professor facilita novas ocorrências, reforçando inadvertidamente a legitimidade de procedimentos preconceituosos e discriminatórios no espaço escolar e, com base neste, para outros âmbitos sociais”. O desconhecimento do educador sobre as questões relacionadas à educação para relações étnicos raciais e de gênero pode resultar na reprodução de práticas discriminatórias na sala de aula e também na ausência do trabalho que valorize as pluralidades.

Em 2024, o projeto desenvolveu discussões sobre a sexualidade de meninas e adolescentes negras, com o tema *estratégias de proteção e enfrentamento ao abuso sexual*.

A iniciativa Ayomide realizada pelo Odara – Instituto da Mulher Negra, busca promover um ambiente de aprendizado seguro e acolhedor. Por isso, a instituição organiza as formações em turmas divididas por faixa etária, a turma 1 contém meninas de 9 a 13 anos, e a turma 2 de 14 a 19 anos – permitindo que as questões relacionadas ao corpo, saúde e sexualidade fossem abordadas de maneira específica para cada fase do desenvolvimento (Odara, 2024).

Com o intuito de conscientizar acerca da proteção e do combate ao abuso sexual infantil, a instituição buscou compartilhar as informações de forma acessível e adequada, levando em consideração a faixa etária das meninas e adolescentes negras. É importante mencionar também que

Além de discutir a importância do alerta sobre a violência sexual contra meninas e adolescentes negras, os encontros também abordaram questões essenciais sobre cuidados com a saúde. As participantes aprenderam sobre prevenção de doenças, cuidados com a higiene íntima e a importância do autoexame, além de refletirem sobre o conceito de consentimento e sobre como denunciar casos de violência (Odara, 2024).

Sabemos que, frente aos ataques à educação para relações de gênero, a exemplo da difusão da suposta “ideologia de gênero”, os discursos em torno da sexualidade são omitidos nos conteúdos curriculares da educação. A referida omissão dificulta o trabalho relacionado à conscientização acerca da violência contra meninas e adolescentes, prejudicando também o combate e a denúncia contra crimes de abuso sexual infantil.

Em vista disso, o trabalho de sensibilização com meninas e jovens sobre as diferentes expressões de abuso sexual institui-se como um incentivo a denúncia contra esse tipo de violência. O Instituto Odara, destaca-se, assim, enquanto

entidade relevante na luta contra as violências de gênero, ao abordar temas cotidianamente ignorados na educação formal.

Concordamos com Pinho (2020, p. 21) ao defender “[...] a necessidade de recuperar as contribuições de mulheres negras em sistematizar uma teoria educacional comprometida com a transformação da sociedade”. Portanto, nesta análise, buscamos ilustrar como as ações educativas promovidas pelo instituto por meio do projeto Ayomide Odara atestam um compromisso com a luta antirracista e antissexista. Os processos educativos protagonizados pelas mulheres negras representam uma mudança significativa no cenário da educação, atuando como uma referência relevante para diversos setores educacionais.

Considerações Finais

O fortalecimento da educação para relações raciais e de gênero ainda está imbricado em complexidades em razão da reverberação de práticas e contradiscursos, como o mito da democracia racial e a suposta ideologia de gênero. Sem dúvida, observamos que os movimentos sociais foram fundamentais na implementação de políticas públicas educacionais voltadas para essas questões, embora a existência de dispositivos jurídicos ainda não garanta sua efetividade.

Os resultados aqui apresentados demonstram que o Instituto Odara promove políticas institucionais importantes para as mulheres negras. O enfrentamento ao genocídio das populações negras, ao feminicídio, o resgate da memória e a educação política foram questões recorrentemente abordadas pela organização.

Além disso, no contexto da educação, o Odara, através do projeto Ayomide Odara, propôs práticas emancipatórias antirracistas e antissexistas. Identificamos a valorização da autoestima e identidade negra, a formação continuada para relações étnico-raciais direcionadas a educadores, estudantes e públicos interessados na temática, e ainda a realização de discussões sobre sexualidade e a luta contra o abuso sexual de crianças e adolescentes.

Diante desse cenário, entendemos a emergência de as escolas e outros setores públicos estabelecerem diálogos com os movimentos sociais e, nesse caso em específico, o das mulheres negras. Estes movimentos, de natureza educadora,

poderão contribuir para a transformação de uma sociedade que valorize e respeite os direitos fundamentais.

Acrescentamos ainda que os projetos elaborados pelo Odara projetam uma educação feminista negra em defesa a pluralidade identitária e a luta contra as múltiplas formas de violência. Nesse ponto, acreditamos que as atividades desenvolvidas pela entidade sejam referências para elaboração de cursos de formação continuada para educadores, para mudanças nos projetos políticos pedagógicos das escolas e, respectivamente, de seus currículos, como também no desenvolvimento de políticas públicas no âmbito nacional.

Referências

BAIRROS, Luiza. Mulher Negra e o Feminismo. In: COSTA, A. A; SARDENBERG, C.M.B. **O Feminismo do Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008, p. 411

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 26 fev. 2025.

_____. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14986.htm> Acesso em: 09 fev. 2025

CARDOSO, Cláudia P; SILVA, Zuleide P. Pedagogias feministas no combate ao racismo e às desigualdades de gênero: uma abordagem perspectivista. In: COSTA, A. RODRIGUES, A. PASSOS, E. **Gênero e Diversidade na Gestão Educacional.** Salvador: UFBA-NEIM, 2011. p. 55-68

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: HOLLANDA, H. **Pensamento feminista brasileiro:** formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-289

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6 ed. 5^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução: Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORENZA, Janaína de Azevedo. **A Formação Inicial de Professores:** conversas sobre relações raciais e educação. Curitiba: Appris, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 10 jan. 2025

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p.188

GARCIA, Danler. Violência contra a mulher negra no Brasil: ponderações desde uma criminologia interseccional. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 7, n. 2, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/381/222>> Acesso em: 07 mar. 2025

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas São Paulo**, v. 35, n.3, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38200/36944>> Acesso em: 05 fev. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 6/7, p. 67–82, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1862/1983>> Acesso em: 28 fev. 2025

_____. Educação e Identidade Negra. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 9, p. 38–47, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>> Acesso em: 17 dez. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino americano**: ensaios, intervenções e diálogos. IN: RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (org.). 1^a Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Salvação**: pessoas negras e o amor. Tradução: Vinicius da Silva. São Paulo: Elefante, 2024. p. 248

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p.248

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed São Paulo: Atlas, 1992.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Psicologia Política**, vol. 18. nº 43. pp. 573-586. set. – dez. 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300009> Acesso em: 27 fev. 2025.

MELLO, Suely Amaral; FARIA, Maria Auxiliadora. A escola como lugar da cultura mais elaborada. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 53-68, jan./abr. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/1603/898>> Acesso em: 25 fev. 2025.

MUNANGA, Kabengele. As Ambiguidades do Racismo à Brasileira. **O racismo e o negro no Brasil** [recurso eletrônico]: questões para a psicanálise. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi. Ilustrações: SILVA, Maria Lúcia. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

ODARA - Instituto da Mulher Negra. **Ayomide Odara aprofunda discussões sobre sexualidade de meninas e adolescentes negras em encontros presenciais, em Salvador e na Chapada Diamantina.** 2024. Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/ayomide-odara-aprofunda-discussoes-sobre-sexualidade-de-meninas-e-adolescentes-negras-em-encontros-presenciais-em-salvador-e-na-chapada-diamantina/>> Acesso em: 10 mar. 2025.

_____. **Políticas Institucionais.** 2023a. Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2023/05/E-book-Politicas-Institucionais-1.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2025

_____. **Relatório Institucional 2023.** 2023b. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1efYbbXswoj9_akk4DwWWZBb3oiJ5C_-P/view> Acesso em: 20 fev. 2025.

_____. **Relatório Institucional 2022.** 2022. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2023/05/Relatorio_institucional_odara_2022.pdf> Acesso em: 25 fev. 2025

_____. **Instituto Odara, através do Projeto Ayomide Odara, lança Rede para fortalecer a luta antirracista na educação.** 2023c. Disponível em: <<https://institutoodara.org.br/instituto-odara-atraves-do-projeto-ayomide-odara-lanca-rede-para-fortalecer-a-luta-antirracista-na-educacao/>> Acesso em: 12 mar. 2025

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras:** o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/12449>> Acesso em: 05 mar. 2025.

PINHO, Carolina Santos B. Pensamento feminista negro como orientação teórico-metodológica de uma Pedagogia Revolucionária. In: PINHO, C.; MESQUITA, T (Org.). **Pedagogia feminista negra:** primeiras aproximações. São Paulo: Veneta, 2022. p. 17-39

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. (Org.). **Alienígena na sala de aula:** uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 155-172.

SANTOS, Jaqueline; CARNEIRO, Suelaine. Enfrentar o racismo e o sexismo para a reconstrução da política educacional em uma perspectiva interseccional: a proposta das mulheres negras. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 45, e276347, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/sshpGqmmjMnSZNSjZpY77gn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 15 fev. 2025

SOUZA, Leila; GUIA, Bruna Lapa da. O exercício da cidadania comunicativa a partir da ética do cuidar. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 55, e-132864, 2023.

Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/132864> >. Acesso em: 02 mar. 2025

ROSSATO, Cesar; GESSER, Verônica. A experiência da branquitude diante dos conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 11-37

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em:< <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>>. Acesso em: 28 fev. 2025.